Ementa: Adequação das unidades escolares da rede municipal/estadual de ensino cujo aprendizado de seus alunos vem sendo prejudicado em razão de elevados níveis de poluição sonora.

PORTARIA N.º

(referente ao item 23 do questionário)

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO , por intermédio do Promotor de Justiça abaixo assinado, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo no disposto nos artigos 127, caput e 129, inciso III da Constituição da República;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais, conforme garante o artigo 127 da CRFB/88;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 129, II, da CRFB/88, é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Carta Magna, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal[Nota de rodapé] e o Estatuto da Criança e do Adolescente[Nota de rodapé] estabelecem que é dever da sociedade e do Poder Público garantir a toda criança e adolescente, com absoluta prioridade, a efetivação do direito fundamental à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da

cidadania e qualificação para o trabalho (artigo 205 da CRFB/1988 e artigo 53, caput do ECA), assegurando educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos, inclusive para aqueles que não tiverem acesso na idade própria (artigo 208, I da CRFB/1988);

CONSIDERANDO que o artigo 206 da CRFB/88 garante que o ensino será ministrado com a observância de princípios, constitucionalmente assegurados, do qual se destaca o *princípio da garantia do padrão de qualidade*, firmado no inciso VII;

CONSIDERANDO que, inclusive, o não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua *oferta irregular*, importa em responsabilidade da autoridade competente, conforme preconiza o artigo 208, § 2º, da CRFB/88;

CONSIDERANDO que a efetiva garantia do direito à educação pressupõe que seja assegurada igualdade de condições de acesso e permanência do educando na escola, consoante o disposto no artigo 206, I da CRFB/88, o que exige que os estabelecimentos da rede pública de ensino ofereçam à comunidade escolar infraestrutura segura e adequada às necessidades educacionais;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal garante que *"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações"* (art. 225, caput);

CONSIDERANDO que a poluição sonora é uma das formas de poluição previstas na Lei de Crimes Ambientais (artigo 54, caput, da Lei 9.605/98);

Considerando que a poluição sonora, especificamente, é aquela degradação de qualidade ambiental, com as conseqüências especificadas nas alíneas 'a' a 'e', do inciso III, do artigo 3º, da Lei

6.938/1981, fruto de som puro ou da conjugação de sons;

Considerando que os problemas relativos aos níveis excessivos de ruídos estão incluídos entre os sujeitos ao controle de poluição ambiental, cuja normatização e estabelecimento de padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e necessário à sadia qualidade de vida é atribuída ao CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), de acordo com o que dispõe o inciso II do artigo 6º da Lei 6.938/81;

CONSIDERANDO que as informações colhidas através dos questionários integrantes do projeto Ministério Público pela Educação – MPEDUC evidenciam que os estabelecimentos de ensino **XXXX** do Município de _____ apresentam elevados índices de poluição sonora, comprometendo o processo de aprendizado dos alunos da unidade;

CONSIDERANDO que a existência de poluição sonora próximo à unidades escolares pode influenciar diretamente o rendimento dos alunos, devendo, a solução deste problema ser incluída no rol de prioridades do Executivo Municipal, instaura o presente

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

com fulcro no art. 129, III, da Constituição da República, **com a finalidade de serem colhidas informações que subsidiem eventuais medidas judiciais ou extrajudiciais visando à redução dos níveis de poluição sonora a que se encontram expostos os alunos das unidades **escolares XXXXX, localizadas do Município** de _____.**

Para tanto, **DETERMINO**, por ora à Secretaria deste órgão de execução, as seguintes diligências:

1. Registre-se, numere-se e autue-se a presente Portaria devendo constar da sua capa **etiqueta** com os seguintes dizeres:

"TUTELA COLETIVA - INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO - Adequação dos níveis de poluição sonoras unidades escolares XXXXXXXX do Município de _____;

2. Expeça-se ofício ao Ilmo. Sr. Secretário Municipal de Educação/ Diretor Regional da Secretaria de Estado de Educação, instruindo-os com cópia da presente portaria de instauração de ICP, requisitando, no prazo de 15 (quinze) dias, que seja informado se é realizada alguma medição ou avaliação quanto ao nível de poluição sonora dos estabelecimentos da rede municipal/estadual de ensino ;

3. Dê-se a devida publicidade à presente portaria,

_____, ____ de _____ de

Promotor de justiça